

# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

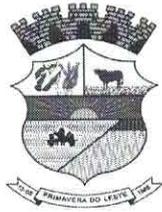
**CONTRATO Nº 004/2025**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
004/2025, PARA CONTRATAÇÃO DE  
EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇO DE CHAVEIRO PARA A  
CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA  
DO LESTE/MT., DISPENSA DE  
LICITAÇÃO Nº 018/2024.**

O **MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE - MT**, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da **CÂMARA MUNICIPAL**, estabelecida na Avenida Primavera, nº 300, Bairro Primavera II, neste município, inscrita no CNPJ nº 24.672.727/0001-83, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Vereador Presidente Interino, Senhor **MARCO AURELIO SALES FERREIRA DE MORAES**, e a empresa **23.906.081 ALVINO PEREIRA DE SOUZA**, inscrita no CNPJ: **23.906.081/0001-99** com endereço **RUA SERIGUELA, nº 1073, CIDADE SATÉLITE PRIMAVERA III, PRIMAVERA DO LESTE - MT**, que também subscreve, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **ALVINO PEREIRA DE SOUZA**, portador do RG: **31757872022788** e inscrio no CPF sob o nº **834050541-68**, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 56/2024** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº 018/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **I. DOS DOCUMENTOS**

**1.1.** Fazem parte deste processo de contratação os seguintes documentos: Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Mapa de Risco, bem como Proposta Comercial e Documentos de Habilitação da Empresa e Profissional responsável.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

## 2. DO OBJETO

2.1 Futura e eventual contratação de Empresa para a prestação de serviço de chaveiro, para a Câmara Municipal de Primavera do Leste-MT, conforme condições e quantidades necessárias estabelecidas no Termo de Referência 053/2024.

## 3. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO/FORNECIMENTO DO MATERIAL

3.1. A prestação dos serviços serão de acordo com as condições contidas no Termo de Referência 053/2024 e na Proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

3.2. Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

3.3. A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços/entrega de material e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

3.4. A execução/entrega deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Termo de Referência que acompanha o processo, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

3.5. A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial a regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

## 4. DA FISCALIZAÇÃO

4.1. O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais nomeados por Ato Formal, nos termos dos art. 104, III da Lei Federal nº 14.133/21.

4.2. São competências do Fiscal de Contrato:

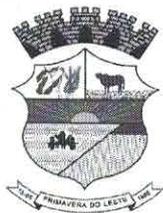


## CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

- 4.2.1** Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados a esta Câmara Municipal.
- 4.2.2.** Verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório.
- 4.2.3.** Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado.
- 4.2.4.** Indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.
- 4.3.** O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à execução do contrato.
- 4.4.** A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.
- 4.5.** A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

### **5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

- 5.1.** As obrigações e responsabilidades das partes estão previstas no Termo de Referência 53/2024.
- 5.2.** São obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:
- 5.2.1.** Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa prestar os serviços dentro das especificações recomendadas;
- 5.2.2.** Efetuar o pagamento, das notas fiscal correspondentes aos percentuais que constem no item 9 do Termo de Referência 53/2024, no prazo estipulado, após devidamente atestadas pelo setor demandante e ou fiscal do contrato;
- 5.2.3.** A CONTRATANTE deverá, a seu critério, e através de Servidor previamente designado, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;
- 5.2.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o contrato;
- 5.2.5.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;
- 5.2.6.** Prover o local e equipamentos para a realização e bom desempenho do treinamento;
- 5.2.7.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 5.2.8.** Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 5.2.9.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 5.2.10.** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

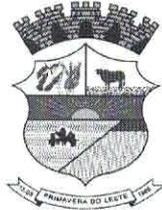


## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

- 5.2.11.** Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- 5.2.12.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;
- 5.2.13.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;
- 5.2.14.** Aceitar ou rejeitar a execução do serviço, após a conclusão de cada etapa do objeto, fazendo, as observações que julgar necessárias à sua perfeita conclusão e devida aceitação.

### **5.3.** São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- 5.3.1.** Cumprir os prazos e acordos previstos neste contrato e com o acordado com esta Câmara Municipal.
- 5.3.2.** Prestar todos os serviços constantes do objeto deste termo;
- 5.3.3.** Indicar para a prestação dos serviços o profissional indicado na proposta, sendo vedada a substituição ou a subcontratação;
- 5.3.4.** Ter notória especialização, devendo apresentar juntamente com a proposta documentos que comprovem sua experiência, qualificação técnica, conhecimento e domínio da matéria compatível com o objeto deste termo, conforme Termo de Referência 53/2024;
- 5.3.5.** A contratada deverá responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços previstos neste termo de referência;
- 5.3.6.** Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, os serviços, objeto deste contrato, sem prévia anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas;
- 5.3.7.** Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.  
Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato;
- 5.3.8.** Atender todas as necessidades técnicas e de assessoramento, relativas aos processos licitatórios e contratos administrativos, conforme escopo dos serviços;
- 5.3.9.** Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 5.3.10.** Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE, sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do objeto contratado, responsabilizando-se por eventual paralisação dos serviços por parte de sua equipe técnica, sendo de sua responsabilidade a continuidade dos serviços sem quaisquer ônus à CONTRATANTE;
- 5.3.11.** Conduzir seus trabalhos de maneira a não interferir, provocar atrasos ou qualquer limitação nos trabalhos da CONTRATANTE;
- 5.3.12.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, através de servidores designados pelo Contratante;
- 5.3.13.** Disponibilizar o profissional, quando convocado, em dias úteis e horário preestabelecido, e quando necessário, a participação em reuniões por meio virtual ou através de documentos físicos levados ao seu escritório;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

5.3.14. O prazo para os demais serviços, será acordado entre as partes conforme complexidades dos mesmos.

## 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL
Unidade Orçamentária	01.00.01	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Unidade Executora	01.001	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Função programática	01.031.0001-2001 0000	MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL
Elemento	0012 3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA

## 7. DO VALOR E PAGAMENTO

7.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de **R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais)**, de acordo com a Proposta anexada, quadro abaixo e condições constantes no Termo de Referência 53/2024.

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Unitário	Preço Total <sup>1</sup>
01	Cópia de chaves simples (portas, armários e gaveteiros)	SERV	200	R\$ 6,00	R\$ 1.200,00
02	Serviço de troca de segredo das fechaduras	SERV	25	R\$ 20,00	R\$ 500,00
03	Serviço de abertura de fechaduras (portas – armários)	SERV	20	R\$ 10,00	R\$ 200,00
04	Fechadura para porta de vidro (instalada)	SERV	05	R\$ 90,00	R\$ 450,00
05	Serviço de instalação e fornecimento de fechadura com 2 chaves (armários e gaveteiros)	SERV	20	R\$ 45,00	R\$ 900,00
	TOTAL				R\$ 3250,00

1



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

7.2. As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:

7.2.1. A CONTRATADA deverá solicitar pedido de pagamento através de Nota Fiscal, entregue ao Fiscal do Contrato da Câmara Municipal.

7.3. Caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento.

7.4. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a seguinte documentação, dentro do seu prazo de validade:

- a) comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal;
- b) comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
- d) comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.
- e) comprovante da regularidade para com o FGTS (dispensado para Pessoa Física);

## 8. DO REAJUSTE

8.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, ao preços serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IGP-M ou outro índice que vier a substituí-lo, sendo que será considerado o índice de menor valor.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado à partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinados pela legislação então em vigor.

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## 9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o contratado que:

- 9.1.1. Não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 9.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 9.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos pelo contratante;
- 9.1.4. Não manter a sua proposta dentro do prazo de validade;
- 9.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 9.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 9.1.7. Fizer declaração falsa;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

9.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame; e,

9.1.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

9.2. O Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item (ns) prejudicado(s) pela conduta do licitante; e,

9.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5(cinco) anos.

9.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

9.4.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

9.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

9.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133/21, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.

9.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou no caso de multas cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## 10. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

**10.1.2.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**10.1.3.** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**10.2.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

**10.2.1.** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**10.2.2.** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

**10.2.3.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**10.2.4.** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**10.2.5.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**10.2.6.** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

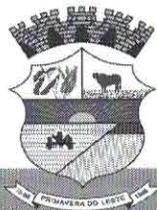
**10.2.7.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**10.3.** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

**10.4.** A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

**10.5.** Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

**10.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

## 11. DOS ENCARGOS

**11.1.** As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

## 12. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

**12.1.** A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

## 13. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

**13.1.** Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**Parágrafo único.** Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

## 14. DOS PRAZOS

**14.1.** Este contrato terá os seguintes prazos:

**14.1.1.** De vigência: 1 ano a contar da data da assinatura do contrato até o adimplemento total das obrigações;

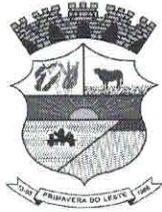
**14.1.2.** De execução dos serviços de acordo com o item 4 e 5 do Termo de Referência 53/2024, a contar da assinatura deste contrato pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

**Parágrafo único.** Os demais prazos relacionados à prestação dos serviços/entrega do material estão previstos no Termo de Referência 53/2024.

## 15. DA PUBLICAÇÃO

**15.1.** O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste contrato em Diário Oficial, bem como no portal nacional de compras públicas (PNCP) nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021.

## 16. DO FORO



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

**16.1.** Fica eleito o Foro de Primavera do Leste - MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

**16.2.** E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

Primavera do Leste - MT, em 24 de janeiro de 2025.

Representantes legais:

Vereador Presidente  
**MARCO AURELIO SALES  
FERREIRA DE MORAES**

**CHAVEIRO PRIMAVERA**  
**CNPJ: 23.906.081/0001-99**  
Representante  
**ALVINO PEREIRA DE SOUZA**  
**CPF 834050541-68**

Testemunha: Eduardo Oloides

Testemunha: [Handwritten signature]

\*Original assinado nos autos do processo.